

ARTIGO

MEMÓRIA E ORALIDADE: ENTRE O INDIVIDUAL E O SOCIAL

A oralidade constitui-se, nos dias de hoje, em um importante campo de investigação histórica. É impossível negar o seu avanço e evolução na historiografia brasileira, cumprindo função cada vez mais destacada nos estudos regionais. Se tratando de Roraima - inclusive a par das dificuldades relacionadas à exiguidade, dispersão ou inexistência de fontes - e pelo fato de lidarmos muito com acontecimentos recentes, com uma realidade situada em um tempo muito próximo, a constituição de fontes orais se colocou como recurso bastante frutífero.

Mesmo que já exaustivamente discutidas, algumas questões sempre devem ser lembradas quando se trabalha com fontes orais. A História Oral (HO) é uma metodologia que permite a constituição de fontes históricas e documentais por meio do registro de testemunhos, depoimentos e narrativas. Como afirma Verena Alberti, o uso da HO possibilita o acesso a "histórias dentro da História" (2005, 155), visto que as narrativas coletadas serão sempre visões ou versões subjetivas da realidade. Justamente por isso, o uso da HO oferece ao pesquisador a possibilidade de ampliar os horizontes de sua pesquisa, ou seja, de interpretar, explicar e compreender de forma mais ampla e aprofundada seu objeto de estudo.

Na atualidade, a aplicação da história oral é um importante instrumento nas ciências humanas e sociais.

Segundo Meihy as versões e visões apresentadas nas narrativas devem ser encaradas como "um legado de domínio público" (2005, 24). Ao incorporar ao trabalho visões e versões permite dar voz e ouvir aqueles que tem algo a dizer sobre o assunto.

A vinculação direta com a História - inclusive no nome - não anula seu caráter abrangente, pois a história oral é uma metodologia de uso multidisciplinar, aplicada hoje áreas consideradas anteriormente díspares. Neste sentido, o seu uso vem se difundindo principalmente em função: do questionamento das abordagens tradicionais, nas quais havia uma supervalorização do escrito, do oficial, da objetividade; e da busca por novas possibilidades de pesquisa, que resultem em trabalhos mais aprofundados e que apresentem visões mais criativas do objeto. Pode-se dizer, então, que ampliação do uso da HO liga-se a uma inquietação dos pesquisadores em relação ao seu fazer.

Uma das questões que cumpre destacar, são aquelas relativas à memória, à sua credibilidade na constituição de documentos e a suas peculiaridades no que tange as demais fontes. Trabalhar com fontes orais, então, não é gravar uma série de testemunhos e relatos e depois citá-los. Delas se espera o mesmo que dos outros tipos de fontes: que permitam obter o máximo de informação o mais confiável possível. A sua incorporação ao trabalho acadêmico e científico implica um esforço de crítica apurado, não por serem consideradas fontes pouco confiáveis - posição há muito ultrapassada - mas por estarem geneticamente vinculadas aos meandros da memória e da oralidade, elementos estes que colocam o pesquisador diante de uma riqueza ímpar mas, também, de armadilhas resultantes de sua fluidez, flexibilidade e particularidade. Requerem que cada entrevista seja confrontada com as outras e com os demais tipos de documentação selecionada, que se forme um corpus documental coerente e eficiente aos objetivos da pesquisa.

Ronald Fraser, em artigo intitulado História Oral, História Social (1993, 131-139), discute a questão da constituição das fontes orais e propõe uma diferenciação entre estas e as fontes escritas, tomando como base os seguintes elementos constituintes: a subjetividade, a auto-representação, a forma narrativa e o fato de se construírem com a intervenção do investigador. Os quatro elementos arrolados devem ser examinados de maneira integrada, pois aparecem entrelaçados nas narrativas.

Em relação à subjetividade, afirma que não se refere a subjetividade em si, encarada como algo genuíno e íntimo, mas aquela acessível ao historiador. Só se o investigador a reconhece assim, e a separa de forma metodológica da informação factual, pode apreciar a condição congnotiva da subjetividade. A subjetividade definida pelo autor, então, não é aquela concebida como característica pessoal, sob uma perspectiva eminentemente comportamental ou personalística, mas aquela concebida como representação, resultado do cruzamento do público com o privado, da formação sociocultural do indivíduo, das exigências e ajustes requeridos pelo cotidiano e requisitadas pela narração. A questão da objetividade passa, portanto, por minimizar o subjetivismo e a espontaneísmo, sem excluir o sujeito, sua historicidade, bagagem, interesses, ações, elementos que o narrador lança mão para constituir seu texto oral.

Quando se tem acesso a fontes orais fica claro que o narrador busca representar-se como um ser coerente no tempo e no espaço. A narrativa é a representação da vida e do mundo no qual o sujeito está inserido. Racionalidade e irracionalidade, consciente e inconsciente, presente e passado, subjetivo e coletivo interagem na configuração que o indivíduo dá a si, aos fatos que viveu e que vai narrar, tendo como mediadora permanente a memória.

Por outro lado é, também, uma auto-representação, que é dotada de um certo essencialismo, algo naturalizado. Através dela o sujeito se define, nomeia a si e os "outros", se posicionando em relação a isso e emitindo opiniões, juízos de valor, criando laços de pertencimento, interação, integração, os vínculos produzidos pela vivência e pela convivência mediados pelos elementos ligados à cultura, à posições na escala social etc.

Quanto à forma que assume, a narração revela bastante da subjetividade do autor e daquilo que o mobiliza a falar. Ao se ativar a memória, quando o indivíduo é chamado a narrar, busca as suas lembranças sobre o tema suscitado, mas também tudo aquilo que a ele está ligado, expondo conexões que nem sempre são percebidas através de uma leitura comum. No momento da narração o autor busca também a códigos linguísticos e semânticos socialmente conhecidos para se fazer entender. Este processo de elaboração intelectual, consciente e/ou inconscientemente condicionado, dará a narrativa um estilo que é muito importante na abordagem do texto oral. O que deseja comunicar também vai condicionar a forma que assume a narrativa,

ou seja, o género escolhido, sendo importante identificar palavras e frases-chaves, repetições, omissões, modelos narrativos. A forma da narrativa é permeada pela bagagem cultural do narrador, que deve ser conhecida e investigada pelo ouvinte/pesquisador.

Fraser explica que o momento da narração é um encontro em que o passado e o presente, o cultural e o pessoal, o individual e o social, o eu e o outro se conjugam. As experiências e a subjetividade do falante e do ouvinte se cruzam. A conversa que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado, o diálogo, as trocas entre os dois, interferem na forma que assume a narrativa, na qual atuam as indagações feitas pelo investigador, o problema investigado e os interesses que o movem. A forma e o conteúdo da narrativa estão vinculados à mediação entre narrador e ouvinte. Nenhuma narrativa oral é pura, desinterrada, isenta ou neutra. É sempre permeada pela visão de mundo do narrador, por interesses e objetivos alicerçados no presente e não no passado.

Entre a memória e a transmissão das lembranças intervém uma série de mediações que imprimem sua própria lógica ao processo de rememoração na forma como será expressada, destacando a participação direta do ouvinte. Não há objetividade pura e simples nas lembranças, os fatos e acontecimentos podem ser os mesmos, mas a significação dada pelo narrador é trabalhada e transformada em função do tempo e da sua situação de vida (Fernandes, 1993, 220). Pode-se dizer que cada narrativa é dotada de objetividade, traduzida em termos subjetivos.

Como em qualquer outro tipo de narrativa, é a memória que incorpora o real, entendido como tudo que é considerado concreto, palpável e relevante. A memória faz conexões, realiza trabalho incessante, dinâmico, produtivo e seletivo. Nem tudo que é vivido pelo indivíduo será guardado e armazenado tal como foi. Pode-se dizer que o relato não tem estatuto de verdade, sendo antes uma verdade relativa, subjetivizada. Ao transmitir a sua versão/construção oralmente, o narrador o faz de acordo com as necessidades e possibilidades do presente, e é nesse momento que as lembranças deixam de ser memórias para tornarem-se histórias.

Sobre os processos da memória existe farta discussão, envolvendo várias áreas do conhecimento. Para a história o mais importante é a abordagem da memória como fenómeno social, como instância produtora de sentidos e de representações, como o espaço privilegiado onde o individual e o social, o

privado e o coletivo, o passado e o presente se articulam, adquirindo significado único.

Esta concepção sobre os processos da memória se baseiam nos escritos de Maurice Halbwachs, segundo o qual a memória é um fenômeno basicamente social. O trabalho psíquico e psicológico é necessário para a sua existência, mas o social predomina sobre o individual, o que não significa a sua rejeição. Então, tudo o que está guardado na memória, que vai ser lembrado e narrado pelos indivíduos, é produto das relações engendradas com um mundo preexistente, com o sistema social. Para Halbwachs a memória deve ser abordada por meio dos "quadros sociais da memória" e não em si mesma. Segundo o autor, "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que o mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes" (2006,69).

A lembrança não é um ato individual, mas estaria relacionada com toda a vida material e moral das sociedades da qual o indivíduo fez ou faz parte (Santos, 1993, 70). Halbwachs explica que "para evocar o próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência fora de si, determinados pela sociedade" (2006, 72). Rememorar requer um contínuo relacionamento solidário e interativo com outras lembranças, no qual busca amparo, confirmação, coerência e legitimidade, o que justifica a abordagem dos contextos nos quais se constitui e expressa, os chamados quadros sociais da memória.

Lembrar, assim como narrar, é um processo consciente, informado pelo que "aí está" e não pelo "que foi". É o presente que solicita o passado, que é construído e reconstruído incessantemente. Este processo é motivado pela necessidade que o indivíduo tem de compreender a si mesmo e pelas demandas, indagações e consciência atuais, ou seja, por uma variedade de estímulos externos.

Note-se, no entanto, que apesar de Halbwachs não negligenciar o papel do passado na constituição das lembranças, atribui a ele uma certa flexibilidade perigosa, o que implica dizer que ao lembrar o indivíduo refere-se mais ao presente que a ao passado, como se o passado fosse um dado. Não resta dúvida que no seu trabalho incessante a memória seleciona, resignifica, apaga, reprocessa, silencia o passado vivido. Contudo, não há como negar que

quando o indivíduo é chamado a lembrar é a este passado - de experiências vividas e introjetadas, composto de uma bagagem repleta de fatos, nomes, datas, costumes, situações, e que interessa muito ao pesquisador acessar - que ele recorre. A forma como essas vivências sedimentadas no passado aparecem nas narrativas da memória pode variar conforme as condições do presente, mas o passado sempre estará ali - representado de maneira mais ou menos evidente, com maior ou menor intensidade -, cabendo ao pesquisador munir-se de instrumental teórico e metodológico que propicie o seu desvelamento.

Pode-se dizer, então que a memória constitui-se através da interação de diferentes instâncias, individuais e coletivas. Nas narrativas engendradas pela memória os fatos, pessoas, acontecimentos aparecem de forma explícita, visível, verificável, manifesta e/ou encobertos, velados, implícitos, revestidos de silêncios e de esquecimentos.

Neste sentido, o passado não é passível de resgate. A experiência humana, o vivido e todos os seus elementos constituintes só sobrevivem se lembrados e contados. Halbwachs afirma que "o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toam emprestado de seu ambiente" (2006, 72). Linguagem e memória são parceiras inseparáveis. A linguagem é a grande mediadora dos processos sociais e sem ela não existiria contato entre o presente e o passado, entre o eu e o outro, entre o individual e o coletivo.

É através da linguagem, portanto, que se processa o único "resgate" possível do passado, isto é, através dos indícios, dos vestígios, dos sinais de um real vivido, sentido, experienciado apresentados na narrativa oral. Paul Thompson afirma que, ao solicitar a memória, a história oral pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar nesta história, mediante suas próprias palavras (199, 22). Rememorar e narrar é, portanto, mais que produzir uma espécie de biografia, em que cada narrador produz uma interpretação pessoal do que viveu, mas textos carregados de novos e surpreendentes significados. Pode-se dizer que a memória expressa nas narrativas orais é atemporal.

Paul Thompson explica que "o processo da memória depende do da percepção". A compreensão antecede a apreensão, a qual se dá através de categorias, segundo as quais as informações se ajustam. Esse processo

mental possibilita que em uma ocasião futura esta memória possa ser reconstruída, constituindo, geralmente, uma aproximação daquilo que foi compreendido. O processo de descarte, ou seja, de seleção do que será guardado e lembrado, depende não só da capacidade de percepção e compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Sendo assim é mais provável que uma lembrança seja fidedigna quando corresponde a um interesse ou necessidade social ou individual (199,150-153).

O mesmo autor explica que nos relatos orais "a construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constituiu um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo". Por isso, deve-se procurar nas narrativas não só eventos, estruturas, padrões de comportamento, mas, acima de tudo, experiências vivenciadas e lembradas com imaginação (199,184-185).

Neste sentido, torna-se essencial a busca de novas maneiras de analisar a narrativa oral nas suas várias modalidades. Da mesma forma, a sua incorporação como fontes enriquece o trabalho de pesquisa em ciências humanas e sociais, no sentido da construção de um conhecimento plural, multifacetado, polifônico, onde indivíduo e sociedade interagem, onde ambos têm voz e expressão.

RESUMO: O presente artigo apresenta uma breve discussão sobre as potencialidades do uso da metodologia da história oral na constituição de fontes para a pesquisa. Aborda aspectos e elementos relativos à este tipo de fontes e a sua relação intrínseca com a memória.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassenegi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BOSI, Ecléa. O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Atelier Editorial, 2004.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural. Ijuí/RS:Ed.UNIJUI,2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O sentimento do mundo: memória, destino e cenários da vida entre errantes mineiros. In: As Faces da Memória. Campinas: CMU/Unicamp. (Coleção Seminários 2).

FERNANDES, Maria Esther. A "História de Vida" como instrumento de captação da realidade social. História (UNESP). São Paulo, v.12, p.217-224,1993.

- FRASER, Ronald. História Oral, História Social. História Social, n° 17, outono 1993 (Inst. História Social, UNED, Valência) pp. 131-139.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, v. 2, n.3, 1989, pp. 3-15
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212
- PORTELLI, Alessandra. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia e ALBERTI, Verena (orgs.). História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp.67-71.
- SANTOS, Myriam. O Pesadelo da Amnésia Coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 23, ano 8, out.1993, pp.70-84.
- SOUZA, Carla M. de. História, História Oral e os Historiadores. História, Porto Alegre, n. 6, 2002.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1992.